

DEMOCRACIA EM ANGOLA: O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO ANGOLANA (2002 – 2020)¹

Joaquim Silva João Gaspar²

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de democratização na República de Angola e procura compreender a trajetória político-militar de Jonas Savimbi uma figura incontestável na história contemporânea Angolana, se escolheu o método qualitativo, para análise e recolha de materiais bibliográficos, serviu para a discussão do respectivo assunto. Angola durante muitos anos viveu uma longa guerra civil entre os dois partidos políticos MPLA e a UNITA. Com os primeiros acordos de paz, em 1991, ansiava-se para a chegada da democracia, com os resultados das eleições de 1992, a UNITA sentiu-se insatisfeita com o seu apuramento, a guerra voltou a prolongar mais uma década, terminou com a morte em combate de Jonas Savimbi e com a assinatura de um memorando de entendimento entre as tropas do Governo e a UNITA em 2002. Este período é marcado como uma nova etapa para história de Angola, com a consolidação da paz trouxe novos atores políticos, os dois oponentes passaram a ser adversários políticos com assento na assembleia nacional.

Palavras-chaves: MPLA. UNITA. Democracia em Angola. Democratização Angolana.

ABSTRACT

This article analyzes the democratization process in the Republic of Angola and seeks to understand the political and military trajectory of Jonas Savimbi, an undeniable figure in the contemporary history of Angola. Angola for years lived a long civil war between the two political parties MPLA and UNITA. With the first peace agreements in 1991, the arrival of democracy was longed for, with the results of the 1992 elections, UNITA was dissatisfied with their tabulation, the war extended again for another decade, ending with the death in combat of Jonas Savimbi and the signing of a memorandum of understanding between the government troops and UNITA in 2002. This period marked a new stage in the history of Angola, with the consolidation of peace brought news political actors, the two opponents became political adversaries with seats in the national assembly

Keywords: MPLA, UNITA, Democracy in Angola. Democratization of Angola.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dra. Mariana da Costa Aguiar Petroni.

² Discente do curso de Bacharelado em Humanidades pela UNILAB-MALÊS.

INTRODUÇÃO

A República de Angola está situada no continente africano, tem uma extensão territorial aproximadamente de 1.246.700km². Pela sua extensão é um dos maiores países da África, a norte faz fronteira com a República Democrática do Congo e a República do Congo Brazzaville, a Sul com a República da Namíbia, a Leste com a República Democrática do Congo e a República da Zâmbia, ao Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico, com uma população estimada de 28 milhões de habitante pelo último censo realizado em 2014.

O país foi vítima de um processo de colonização e dominação europeia desde 1482, que terminou com a descolonização protagonizada por três movimentos de libertação: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Em 11 de Novembro de 1975, foi proclamada a sua independência, deixando de ser uma província ultramarina portuguesa e passou a ser um Estado-Nação.

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de democratização na República de Angola, desde o fim da Guerra Civil de 2002 até o presente. Buscou-se encontrar na literatura geral sobre democracia os principais fatores que contribuem para a construção de um regime democrático, analisando de que modo eles estão presentes na construção da democracia angolana, bem como suas limitações.

Para tanto, foi usado o método qualitativo, baseado em uma pesquisa bibliográfica, especialmente da literatura existente e dos documentos oficiais de Angola, como a própria constituição da República de Angola de 2010, que defende o país como um Estado Soberano, de direito democrático. Também, foram utilizadas entrevistas de algumas entidades políticas e parlamentares angolanas quer do partido da oposição e do partido no poder. Procurou-se discutir diversos atores e âmbitos políticos, incluindo instituições de governo, indivíduos, partidos políticos e a sociedade civil. Em especial, estudou-se a atuação do fundador do maior partido da oposição, Jonas Savimbi, verificando o seu papel ambíguo no processo de democratização de Angola. Reconhece-se que a personalidade de Savimbi necessita de ser estudada, como um líder com contradições, mas que tinha um papel de destaque na luta pelo fim dos regimes socialistas com aproximação aos soviéticos no seu país e pelo estabelecimento da democracia.

O artigo está dividido em três partes principais. A primeira seção discute o conceito geral de democracia, a partir da literatura clássica da Ciência Política, bem como a localização

dos regimes democráticos no continente africano, discutindo suas particularidades e desafios, A segunda seção trata dos principais elementos que caracterizam a democratização de Angola, discutindo os atores e setores relevantes para a implantação do regime democrático do país. Por último, a terceira seção destaca os avanços, desafios e limitações da construção da democracia em Angola. Conclui-se que a limitada cultura democrática, somada à crise econômica e dificuldades em gerir questões internas, como a inclusão das autarquias e o controle de regiões separatistas, afligem o processo de democratização angolano.

1. CONCEITOS DE DEMOCRACIA E DEMOCRACIA EM ÁFRICA

Robert Dahl (2001) pressupõe que o surgimento da democracia tem mais de 2500 anos. No Ocidente, foram os atenienses que implementaram a democracia em 450 a.C como um novo sistema político, que representava uma alternativa para a tirania (DOMBO, p. 13, 2014; SCHWARCZ; STARLING, 2019). Durante este período, a democracia apresentava um sentido muito limitado, eram considerados cidadãos os indivíduos livres de sexo masculino, filhos de pai e mãe ateniense maiores de 18 anos que haviam cumprido serviço militar de dois anos. Por outro lado, estrangeiros, escravos e mulheres eram excluídos (DOMBO, 2014). Os considerados cidadãos se governavam diretamente por meio de assembleias exclusivas ao sexo masculino. Nesses espaços, eram debatidos diversos assuntos de um interesse comum.

O processo democrático antigo era muito seletivo que permitia somente a participação de alguns membros da sociedade. A democracia representativa ampliada, no decorrer do sufrágio universal, trouxe o direito para todas as camadas ou classes da sociedade não somente elegerem os seus representantes, mas também participassem (XAVIER-ZECA, 2018). Segundo Dahl (2001), a história da democracia está vinculada ao alargamento da participação.

Em uma concepção minimalista da democracia, Joseph Schumpeter entende que:

A filosofia da democracia do século XVIII pode ser expressa da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade (...), (SCHUMPETER, 2017, p. 300).

A definição de Schumpeter é sustentada na ideia que existe um bem comum, que serve como o farol para toda a orientação da atividade política de uma perspectiva racional, para se entender todas as normas pessoais (SCHUMPETER, 2017).

A democracia não tem uma única definição, diversos autores apresentam conceitos distintos para experiências ou expectativas distintas sobre a democracia. No entanto, tais definições não perdem o princípio de que é o governo do povo. Dombo (2014) entende a democracia como um regime de governo em que todas as decisões políticas mais importantes estão com o povo. Schwarcz e Starling (2019) definem a democracia como uma forma de regime que faz da igualdade política entre as pessoas - com interesses e objetivos diversos - seu grande motor de transformação. Já Norberto Bobbio entende a democracia como:

uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo as formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia (BOBBIO, 1994, p.7).

O elemento que está ligado indispensavelmente à democracia é o plebeísmo, que é seu ideal normativo. O plebeísmo é aquilo que vem da plebe, que é um ideal de extensão do exercício da cidadania, que consiste no direito de participação da vida política e não na excelência de participação.

Robert Dahl, em seu livro “Sobre a Democracia”, entende que a democracia é a tomada de decisão para o benefício e do interesse do bem comum, como forma de resolução pacífica que englobaria todos os demais cidadãos, proporcionando a participação efetiva, especialmente; igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, exercício do controle definitivo do planejamento da política e inclusão dos adultos (DAHL, 2001, p. 48-50).

Schwarcz e Starling (2019) alegam o que era chamado de democracia em Atenas pelos gregos, os romanos chamavam de república. “Res” quer dizer negócio ou interesse e “Publica” comum ou público. Dessa forma, a República era entendida como o interesse do bem comum ou o cuidado da coisa pública. Muitas vezes, tem havido a semelhança entre o termo república e democracia, mas consegue-se compreender que são termos distintos. Concorda-se com as autoras Schwarcz e Starling (2019) a respeito desta distinção, pois parte-se de um entendimento contemporâneo em que toda república pode ser democrática, mas nem toda democracia é uma república. O conceito de república sofreu modificações e passou a ser analisado em dois lados: no primeiro, o seu sentido passou a ser usado como forma de governo para contrapor a monarquia; O segundo, ganhou um sentido próprio que passou a ser usado para designar a democracia (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p.17).

A partir dos séculos IV e V, a democracia foi para o segundo plano como uma concepção política na Idade Média. O homem medieval era visto como alguém que não se interessava pelo negócio do Estado, entendendo o Estado como o pecado e a queda do próprio homem (DOMBO, 2014). Séculos depois, no período das revoluções como; burguesa na França (1789), Americana nos EUA (1776) e industrial na Inglaterra (1776), surge uma nova configuração para se pensar a respeito da democracia e como emergiu, associando-a aos direitos humanos e dos cidadãos. Isso deu, especialmente, pela influência dos ideais iluministas e burgueses. Autores como Rousseau, Voltaire e Tocqueville discutiram formas de oposição ao Estado absolutista e deram bases para a filosofia política que influenciou as concepções de democracia. Nesse período, a ideia da democracia reemergiu como ponto importante das discussões políticas, mas apenas no século XX ela se tornou mais que um regime político, mas um valor, símbolo do desenvolvimento e liberdade.

Os debates sobre democracia nas primeiras décadas do século XX foram essenciais para a modernização do Ocidente, por viver momentos muito conturbados da sua história, como períodos ditatoriais, crises financeiras e econômicas (SANTOS e AVRETEZ, 2009). No final das grandes guerras mundiais, houve a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, refletindo os valores democráticos como importantes para a construção da paz e segurança no pós - II Guerra (STURZA e MACIEL, 2019).

O ocidente tem três formas básicas de democracia, a saber: a democracia representativa, a democracia direta e a semidireta. A democracia representativa é entendida como a maneira que um grupo ou pessoa é eleita por votação, em que os representantes do povo são agrupados em instituições, que dependem de um sistema eleitoral, que pode ser compreendido como um parlamento, um congresso ou uma assembleia republicana (XAVIER-ZECA, 2018). A democracia direta é aquela em que o cidadão participa diretamente das questões políticas, sem mediação de representantes (MONEL FILHO Apud, DIOGO; TRICHES, 2015, p. 16). Já a semidireta, busca equilibrar soberania popular e representação política (BOBBIO, 1994).

Durante o século XX, assistiu-se à proliferação dos regimes democráticos: as chamadas ondas de democratização. As ondas de democratização são entendidas como um determinado período em que há um impulso, de ordem doméstica e internacional, para a transição de regimes autocráticos para regimes democráticos.

Huntington (1996) define a democratização ocorre quando há uma transição de um regime não democrático para um democrático, em que corre uma liberalização ou democratização parcial no sistema político. Para MacFul (2002), a democratização é definida pelo seu conjunto de características idiossincráticas que terão como objetivo de compor um determinado período de transição para a democracia (HUNTINGTON, 1996 Apud XAVIER-ZECA, 2018, p.186; MACFUL, 2002 Apud QUEIROZ, 2017, p. 24-25).

Huntington (1996) identifica três ondas democráticas: (1) primeira onda durante as revoluções burguesas (1820-1926); (2) segunda onda após a II Guerra Mundial e período de descolonização (1943 – 1962); e (3) terceira onda com o fim da Guerra Fria, abarcou principalmente a América Latina e os ex-países soviéticos (1974 – 1998). Apesar desses impulsos para o (re) estabelecimento de regimes democráticos, alguns processos foram interrompidos ou alternados com as chamadas ondas reversas, que buscavam reestabelecer regimes autoritários (HUNTINGTON, 1996). Dessa forma, A primeira onda de democratização, iniciada na década de 1820, ampliou o sufrágio, que antes representava uma pequena parcela dos cidadãos estadunidenses, em que 1926 tinha resultado 26 novas democracias (QUEIROZ,2017). A segunda onda de democratização aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, o seu sucesso começa a ser notado com a retomada da democracia nos países como Alemanha Ocidental, Japão, Áustria e Coreia, neste período a democracia passa a ser marcada na Turquia, Brasil, Grécia e Costa Rica, que até em 1962 tinha proporcionado 36 países que passam a ser um regime democrático, a maioria dos países latino-americanos em 1960, passam por um período de ditadura militar que durou aproximadamente 20 anos, mas houve uma resistência não desaparecimento da democracia (QUEIROZ, 2017; SANTOS; AVRITZ, 2009).

A terceira onda de democratização aconteceu subsequentemente, com a queda do regime fascista de António Salazar (1933-1974), durante a Revolução dos Cravos em 1974, que posteriormente se expandiu rapidamente pelo mundo todo, por exemplo, na Europa Meridional, América Latina, no Leste e Sudeste Asiático. A partir da década de 1990, com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), surge uma enorme emergência de regime democrático, que passam a inserir os novos atores políticos nos países da América Central e da África subsaariana (QUEIROZ, 2017; AVRITZ, 2009).

Xavier-Zeca (2018) considera que nem sempre o processo de democratização é o fim dos conflitos e da violência política. Normalmente, esse processo vai depender do regime

político adotado, da inclusão das partes do conflito e se a um determinado governo que vai trazer uma instabilidade política ou guerra civil contra os seus opositores políticos.

A democratização serve como um mecanismo essencial para inserir atores políticos na instauração de uma disputa democrática para inserção de uma nova gramática social (SANTOS e AVRITTEZ, 2009). Segundo Abu-El-Haj (2008, p. 170):

A democratização não é um processo social ou econômico, mas político, desencadeando-se quando o custo da repressão, para o poder público, excede o custo da tolerância. Nesta formulação, Dahl supera o voluntarismo liberal, ao argumentar que a mudança política é fruto de práticas e não consequência da evolução natural.

Kenny Santos (2019) entende que democracia é em um conceito e democratização é um processo. Ou seja, a democracia acaba de ser um modelo que pode ser uma forma de governação e a democratização é um processo e tem dinâmicas que vão proporcionar lutas internas para desencadear mudanças locais, para expandir a esfera da liberdade e dos direitos.

1.1.1. Democracia em África

A história da África não é simplesmente marcada pelo processo de dominação e colonização europeia. Também, é marcada por transformações internas que foram muito significantes para o próprio continente (NDIAYE, 2016). A África pré-colonização era diversa em organização política, desde grupos organizados a partir de linhagens familiares e étnicas até impérios relativamente centralizados. O período colonial desmantelou as variadas formas de organização, seja através da ocupação direta ou da combinação com elites locais. Independente da forma colonial, os processos eram marcados pela violência e exclusão.

Nos finais do século XIX, em 1884 e 1885, na cidade de Berlim na Alemanha advém uma nova configuração para o continente africano, que consistiu na partilha do continente pelas potências imperialistas europeias. Essa divisão tornou os processos históricos e desenvolvimento de organizações e regimes políticos no continente africano muito diferente de outras regiões do mundo (CARVALHO, 2014; VISENTINI, 2010).

75 anos depois das Conferências de Berlim, no continente africano iniciava um novo ciclo, que ficou conhecido como a Era das Independências. A partir das décadas de 1950 e 1960, a maioria das ex-colônias francesas e inglesas haviam se tornado independente das suas ex-metrópoles (CARVALHO, 2014; VISENTINI, 2010; ROSÁRIO, 1995). A década de 1960

foi marcante para o continente africano, em que as regiões se reorganizaram em Estados-Nação. Esse período ficou conhecido como a Descolonização da África e deu expectativas de que os países da região fossem compor uma onda de democratização. Essa expectativa foi frustrada, especialmente em decorrência das pressões da Guerra Fria.

Ao fazer uma análise do processo de democratização em África, é importante definir a formação sócio-histórica do continente, de maneira que são apresentados os níveis de realidade e formação sociais específicas (FURTADO, 1998). Furtado (1998) argumenta que a história colonial de África não apresenta a experiência do continente de um governo do povo por conta de todo processo de dominação e colonização que o continente enfrentou, os registros que nos foram deixados é uma imposição de outra civilização que comprometeu todo sistema político, econômico, cultural, social e demográfico.

Em 1963, na cidade de Adis Abeba, capital da Etiópia, foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA), com objetivo de promover a integração de todos os países africanos para a defesa de seus territórios em casos de tentativa de reocupação dos colonos. A carta da Organização da Unidade Africana (OUA) continha sete princípios que pautavam suas ações no continente, a saber: (1) - igualdade e soberana entre todos os Estados-membros; (2) - não interferência em assuntos internos dos Estados; (3) - respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados; (4) - negociação pacífica de controvérsias por mediação e arbitragem; (5) - condenação de assassinatos políticos e outras formas de subversão política; (6) - dedicação à emancipação de territórios africanos ainda dependentes; e (7) - reafirmação da política de Não-Alinhamento (OUA, 1963). A OUA não incorporou a democracia como um dos seus princípios centrais, o que é compreensível, visto que a grande urgência do continente no período era a consolidação das independências dos novos Estados e proteger-se das pressões políticas e econômicas do conflito bipolar. Apenas no século XXI, com a criação da União Africana (UA) – sucessora da OUA - a democracia torna-se um valor central para uma organização internacional da África.

A implementação de processos de democratização em África não aconteceu de imediato, porque a maioria dos países adotou um sistema de partido único desde o momento que se tornaram independentes. Além disso, vários Estados se engajaram em longos períodos de guerras civis, tais como Moçambique, Costa do Marfim, Libéria e Angola. Uma das poucas exceções é o caso da Zâmbia, que após a sua independência, experimentou dois processos de democratização, em 1964 e 1968. Em 1972, durante o governo de Kenneth Kaunda, a democratização é interrompida e adotou-se um sistema de partido único, todavia,

foi de uma forma parcial por conta da pressão que recebia da parte radical do seu partido (NDIAYE, 2014; TERCENIANO; BRAGA; SOUZA, 2016).

A chegada da democracia e início dos processos de democratização no continente africano tiveram influência de dois grandes fatores. O primeiro é endógeno, a partir de uma visão interna do próprio continente. Os conflitos armados que muitos países africanos vivenciaram acabaram influenciando golpes de Estados e golpes militar e crises econômicas. Tudo isso levou a quedas de alguns regimes ditatoriais, como da Nigéria, Serra Leoa, Gabão, Uganda, República Democrática do Congo e República do Congo, forçando o debate sobre a necessidade de democratização para acomodar pacificamente os diversos atores políticos com interesses divergentes (NDIAYE, 2014). Apoiando-se em uma concepção minimalista, a democracia serviria para evitar banhos de sangue na disputa pelo poder.

Já o fator exógeno veio de pressões da comunidade internacional. Instituições financeiras internacionais - como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - com os Programas de Ajuste Estrutural (PAE) apontaram a fragilidade das instituições africanas. Dessa forma, estas instituições condicionaram o recebimento de apoio financeiro à liberalização das economias e democratização dos regimes políticos. Note-se que o combo democracia e liberalismo econômico foi espalhado no continente africano não unicamente como uma urgência das sociedades locais, mas também a partir de concepções externas de que democracia seria o melhor regime para todo o mundo. Isso é um reflexo da vitória dos ideais norte-americanos na Guerra Fria.

O continente africano integra a terceira onda democratização, mas apenas no seu segundo momento na década de 1990. Nesse período, a maioria dos países decidiu abandonar o sistema de partido único e adotar o multipartidarismo. Vários países organizaram suas primeiras eleições presidenciais e parlamentares. Nesse sentido, alguns movimentos de libertação tornaram-se partidos políticos, adequando-se ao modelo democrático de disputa pelo poder. Diversos movimentos de libertação, que estavam no poder desde o momento que esses países tornaram independente e compunham governos autoritários, perderam as eleições para seus opositores. Na Zâmbia, o partido de Kenneth Kaunda, a ZENU, perdeu as eleições de 1991 para o Movimento para Democracia Multipartidária (MMD), que ficou no poder até em 2011 (TERCENIANO; BRAGA; SOUZA, 2016).

Moçambique, enquanto vivia no sistema de partido único, tinha experimentado dois processos eleitorais, em 1978 e 1986. Eles foram processos internos que se deram na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), movimento que governava Moçambique.

No entanto, essa experiência moçambicana não pode ser considerada democrática, uma vez que faltou o caráter plebeísta, ou seja, a participação ampla da população.

Alguns países africanos têm desenvolvido experiências democráticas relevantes, que tem servido de exemplos para os demais países do continente. Gana, Cabo-Verde, África do Sul, Namíbia e Malawi têm sustentado seus processos de democratização e aprofundado suas democracias, diante de grandes desafios.

No geral, os processos de democratização no continente africano são recentes e encontram obstáculos importantes. A democracia em África carece ainda de um profundo envolvimento das elites políticas e dos cidadãos, quando foi implementada havia pouco conhecimento por parte dessas elites sobre o próprio conceito de democracia, dificultando a implementação dos regimes. Alguns autores acreditam que a democracia acaba de ser novidade para a realidade africana, por isso, os países do continente encontram tanta dificuldade em implementá-la. No entanto, acredita-se que a experiência política do continente é diversa e totalmente compatível com os ideais de liberdade e participação, que são os fundamentos da democracia. Ainda assim, os processos de democratização têm esbarrado em desafios, como é o caso de Angola, que será explorada na próxima seção.

2. DEMOCRATIZAÇÃO EM ANGOLA: SETORES E ATORES

O processo histórico de Angola traz consigo momentos dolorosos, um país que foi devastado por longo um período de guerra civil, comprometeu o seu desenvolvimento socioeconômico e dos direitos humanos (MATOS, 2020). Criou-se um sistema de governo corrupto e ineficiente, com enormes recursos que o país apresentava, como os diamantes e o petróleo (BOIO e CASSULE, 2010).

Segundo Patrício Batsíkama (2019, p.110), para compreender a história de Angola é preciso entender três grandes momentos: (1) A independência de 1975, que representou o surgimento de Angola como uma República; (2) em 1992, que representou uma ruptura de um Estado em Angola; e (3) 2002 em diante, marcado por um longo período da implementação de um Estado de Direito de forma ininterrupta.

Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975, fruto da luta de três movimentos de libertação nacional: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)³, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)⁴ e União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)⁵. Na década de 1960, organizaram-se para dar início à luta armada contra os colonos portugueses. Este evento obteve grande repercussão com a queda do governo ditatorial de Marcelo Caetano, culminando nas Revoltas dos Cravos, em 25 de Abril de 1974. Esse foi marco fundamental para todas as colônias portuguesas tornarem-se independentes, especificamente: Guiné-Bissau e Cabo-Verde, em 1974, e posteriormente Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, em 1975 (JOÃO PINTO, 2016; et. el, AGUALUSA, 2004).

Os movimentos de libertação angolanos compartilhavam um único objetivo: a retirada dos colonos de Angola. O político angolano Abel Chivukuvuku, no programa Mwangole Tv (2021), admitiu que quando foi proclamada a independência não se pensou em um projeto de sociedade que se pretendia construir. Em 15 de Janeiro de 1975 foi assinado os acordos de Alvor⁶, pelos três movimentos de libertação nacional e o governo português, buscavam a criação de um governo unificado. Houve uma irregularidade da parte do MPLA, que resolveu atacar militarmente os outros movimentos, foram obrigados a sair da cidade de Luanda e ocupar outras zonas do país para à Proclamação da Independência de forma unilateral. Todavia, a Proclamação da Independência foi realizada em diversas situações. Em Luanda, foi proclamada a República Popular de Angola, por Agostinho Neto, presidente do MPLA. Na província do Bengo, município do Ambriz, foi proclamada a República de Angola, por Álvaro Holden Roberto, presidente da FNLA. E, na província do Huambo, foi proclamada a República Democrática de Angola pelo presidente da UNITA, Jonas Savimbi. Todos esses

³ O MPLA por se alinhar ao bloco comunista o seu braço armado era Forças Armadas Popular de Libertação de Angola (FAPLA), recebiam treinamento militar cubano-soviético, estima-se que existia aproximadamente quase um terço do exército cubano atuando no país.

⁴ A FNLA como se denominava um movimento anticomunista recebia apoio dos EUA e República Democrática do Congo, tinha como o braço armado, Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), seu apoio militar provinha da Rep. Democrática do Congo e da Argélia

⁵ A UNITA se denominava como um movimento anticomunista recebia apoio dos EUA, África do Sul, e China, tinha como o seu braço armada as Forças Armadas de Libertação de Angola, (FALA) as suas principais bases ficava no interior do país na região sul, o mais conhecido e temível quartel foi a Jamba, recebiam treinamento de tropas, israelenses, marroquinas, a sua elite política-militar foi treinada por soldados chineses.

⁶ O acordo de Alvor, foi um acordo assinado a 10 e 15 de Janeiro de 1975 entre o governo português e os três movimentos de libertação nacional angolano, MPLA, FNLA, e UNITA reconhecendo-os como os únicos representantes do povo angolano, tinha como objetivo de discutir a independência de Angola que seria proclamada a 11 de Novembro de 1975 e de se criar um governo de transição, os territórios de Angola seriam indivisíveis, o protetorado português de Cabinda faria parte do território nacional, e Portugal seria o país que mediará o processo de independência.

movimentos proclamaram independência no dia 11 de Novembro de 1975, como dizia o acordo (BOIO; CASSULE, 2010; CASTELLANO, 2015; JOSÉ, 2008).

O governo de Agostinho Neto foi reconhecido como o único governo legítimo e representante do povo angolano, não se reconheceu a legitimidade de outros movimentos FNLA e a UNITA (BITTENCOURT, 2008). O governo de Agostinho Neto teve uma repercussão maior porque o seu partido se aliou ao bloco dos países comunistas - tais como Iugoslávia, Cuba, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e Alemanha Oriental. Enquanto a FNLA recebia apoio dos EUA e da República do Zaire, atual República Democrática do Congo (RDC). A UNITA recebe apoio da China, África do Sul, Marrocos, EUA e do Congo Zaire, atual República Democrática do Congo (AGUALUSA, 1992; CASTELLANO, 2015; JOSÉ, 2008).

Angola mergulhou em uma guerra civil muito profunda, sendo umas das guerras mais longas e sangrentas da África Subsaariana (AMUNDSEN, 2011), que durou 27 anos. A Guerra Civil Angolana é fruto de conjuntos de fatores complexos com contornos globais da dinâmica da Guerra Fria. Angola foi alvo das duas superpotências, que buscavam influenciar os seus aliados dentro do território angolano. Além disso, questões internas também foram somadas e contribuíram para a eclosão do conflito. Um dos fatores mais importantes para o desencadeamento da Guerra Civil Angolana envolveu a luta tribal, uma vez que cada movimento representava um grupo étnico, primordialmente os maiores grupos do país, como os Ovimbundos, Bakongos e quimbundos (SILVA, 2018).

Em cada movimento havia membros de outros grupos étnicos, como o MPLA e a UNITA, já a FNLA era um movimento com a sua maioria do grupo étnico dos bakongos (ZAU, 2002). Outro fator que contribuiu para a eclosão do conflito armado foi um dos palcos da Guerra Fria, protagonizada pela luta hegemônica dos EUA e URSS, consistia mais em uma guerra ideológica (SANTOS, 2001; CASTELLANO, 2015).

Com isso, compreende-se que após a independência de Angola não foi possível criar um Estado Democrático de Direito, por muitos fatores. Primeiro, não se pensava naquele momento entre os movimentos de libertação na implementação de uma democracia. Segundo, percebe-se que o movimento que assumiu o governo do país desde a sua independência não detinha esse interesse (CASTELLANO, 2015). Terceiro, o MPLA formou um sistema de governo de partido único, acreditando que era a única saída que Angola precisava naquele momento. Por último, entre os movimentos não se tinha uma cultura de debate de entendimento da concepção de democracia.

Agualusa entende que:

A democracia é, creio, o único sistema capaz de combater a cultura de exclusão que se instalou em Angola, o racismo e a xenofobia, promovendo o diálogo e expondo à luz franca do dia aquilo que para muitos de entre nós, aqueles que nunca deixaram de lutar pela paz, sempre foi uma evidência – existem onze milhões de maneiras diferentes de se ser angolano, tantas quantos os angolanos, e todas elas são legítimas (AGUALUSA, 2004, p. 5).

Na década de 1990, esperava-se a instalação de um Estado Democrático de Direito em Angola, por conta dos acordos de Bicesse⁷ entre o governo do MPLA, de José Eduardo dos Santos, e a UNITA, de Jonas Savimbi, com a mediação de Portugal, da ONU e dos EUA. Além disso, a instalação de uma democracia encerraria os 16 anos de guerra civil com objetivo de buscar conciliar as diversas partes na partilha do poder. O acordo assinado entre as partes representava a queda do monopartidarismo e uma abertura para o multipartidarismo. Os grupos deixaram de ser movimento de libertação e tornaram-se partidos políticos, houve a abertura para criação de novos partidos como Partido de Renovação Social (PRS), Frente Democrática Patriótica (FDP), ADPANA, Partido de Renovação Democrática (PRD), entre outros (OLIVEIRA e MIGON, 2019).

O multipartidarismo permitiu o surgimento de novos atores políticos, mas não permitiu a criação de um Estado Democrático de Direito. Um dos fatores justificáveis é a falta de entendimento da elite política e dos partidos políticos angolanos sobre democracia, ademais essas discussões estavam distantes da população em geral, que pouco sabia sobre a democracia (SANCHES et. al, 2020). É importante ressaltar que não se trata de uma afirmação valorativa, mas de reconhecer que os processos históricos de Angola - marcados pela colonização autoritária, disputas de poder pós-independência e guerra civil – dificultaram a construção de diálogo necessário e à construção da democracia.

O acadêmico e deputado da bancada parlamentar do MPLA João Pinto (2016) pontua que a Constituição de 1992 previa a criação de um Estado Democrático de Direito. As primeiras eleições ocorreram de forma simultânea para a presidência e o legislativo. Realizadas em setembro de 1992, os resultados das eleições apontavam a vitória de José Eduardo dos Santos com 51% dos votos contra 49 % de Jonas Savimbi. No entanto, Savimbi

⁷ Este acordo foi assinado, em 31 de Maio de 1991, na Cidade de Estoril Portugal, tinha como objetivo dar resoluções dos conflitos que envolviam o governo angolano de José Eduardo dos Santos e a UNITA de Jonas Savimbi, os acordos pretendiam na formação de órgãos de defesa e segurança conjunta, foi acordado que as tropas estrangeiras como cubana, sul-africana e soviética abandonassem o país, por último no ano (1992) seriam realizadas as eleições presidenciais e legislativas, com a promulgação de uma nova constituição que permitisse abertura de novos atores políticos.

e a UNITA não aceitaram os resultados das eleições, alegando que houve fraudes eleitorais, uma vez que o seu partido venceu no sul do país (OLIVEIRA; MIGON, 2019; JOSÉ, 2008).

A Organização das Nações Unidas (ONU), que supervisionou as eleições, afirmou que as eleições foram justas e livres. Era previsto que os dois partidos disputassem o segundo turno das eleições, mas a UNITA e Jonas Savimbi resolveram iniciar um conflito, que durou 10 anos, terminando com a morte em combate de Jonas Savimbi, em 21 de fevereiro de 2002, pelo exército governamental (AGUALUSA, 2004; SANCHES et. al, 2020; CASTELLANO, 2015; DE OLIVEIRA; MIGON, 2019).

Com um país devastado e destruído pela guerra, as forças governamentais e a guerrilha da UNITA assinaram um memorando de entendimento do Luena entre as partes, com intuito de cumprir o acordo de Bicesse de 1991 e o protocolo de Lusaka de 1994⁸, esse memorando foi assinado em 04 de Abril de 2002 na província de Luanda, uma data que atualmente é registrado como feriado nacional em Angola (MATOS, 2020; AMUNDSEN, 2004; BATSÍKAMA, 2019).

Com a paz instaurada, com enorme crescimento econômico, a economia angolana foi uma das economias que mais cresceu globalmente nas primeiras décadas do século XXI (MATOS, 2020; FERREIRA, 2005). A UNITA deixou de ser um oponente militar e passou a ser um opositor político com assento permanente no parlamento, tornando-se o maior partido da oposição (AMUNDSEN, 2004).

O período pós-conflito é marcado pela tentativa de construção de um Estado Democrático de Direito, com objetivo de construir uma Angola para todos. Com intuito de se respeitar o Memorando de Luena, o governo deixou passar 6 anos para que se realizassem eleições legislativas em 2008. Com a vitória esmagadora do MPLA (81% dos votos), quase fez desaparecer a oposição, permitiu o MPLA alterar a constituição de 1992 para constituição de 2010, centralizando o poder no Executivo, especialmente no presidente da República (SCHUBERT, 2013).

O MPLA, com a sua maioria no parlamento, conseguiu alterar a lei eleitoral da Constituição de 1992 para as eleições presidenciais tornarem-se indiretas. Os angolanos nas eleições presidenciais deixaram de votar diretamente para eleger o presidente e passaram a votar no cabeça de lista do partido político, significa que o partido mais voto é que será o governo simultaneamente com o candidato que é cabeça de lista (SANCHES et al, 2020;

⁸ Foi assinado na capital zambiana, um dos objetivos era salvaguardar as lacunas deixadas pelos acordos de Alvor e Bicesse, uma das suas materializações foi no comprimento da formação de um exército nacional, o acordo previa também a volta da paz em Angola.

ANGOLA, 2010; PINTO, 2016). Segundo Pinto (2016, p.23), o sistema de eleição do presidente tem semelhanças com os modelos estadunidense, sul-africano e francês, mas com as suas particularidades.

Segundo a Constituição de 2010, no que concerne a democracia diz o seguinte:

1. A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.
2. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas (ANGOLA, 2010, p. 4).

Desde o momento que entrou em vigor a nova constituição (2010), houve algumas mudanças que ocorreram em Angola. Antes da nova constituição, o MPLA partido que governa Angola desde 1975 acabou se tornando um partido Estado e governo, não há separação entre partido e o Estado. Schubert (2013) argumenta que muitas das vezes não se compreende a maneira que o Estado atua, o MPLA não consegue se desfazer do sistema de partido único.

Os partidos políticos angolanos, no geral, têm pouca experiência democrática interna. Por exemplo, a UNITA, após a morte do seu líder fundador, realizou quatro eleições internas. Já no MPLA, essa experiência de democracia interna não é comum, por conta do passado histórico que desestabilizou o partido, quando alguns militantes apontaram algumas práticas ruins do seu presidente, uns foram mortos e outros saíram do partido (MATEUS, 2014).

A sociedade civil em Angola se fortaleceu na década de 1990 é um ator muito importante para a defesa dos Direitos Humanos e na construção de um Estado Democrático de Direito. Organizações Não Governamentais, como a Open Society, dirigida pelo jornalista e ativista dos direitos humanos Rafael Marques, um dos grandes críticos da governação de José Eduardo dos Santos, tem feito denúncias de algumas personalidades públicas que desviaram fundos do erário público para o exterior e é contra a corrupção em Angola (MATOS, 2020).

Ao se mencionar a sociedade civil angolana não se deve esquecer o papel que as igrejas têm desenvolvido, por se assumirem como parceiro do Estado. Desde o domínio colonial, a Igreja em Angola, tanto protestante como católica, sempre participou na formação política da elite angolana. Um dos maiores problemas da sociedade civil em Angola, parte de algumas personalidades anseiam pelo poder político, a figura do músico e ativista Brigadeiro 10 Pacotes, que durante muitos anos foi uma das pessoas que mais rebatia contra o regime do

MPLA, fazendo críticas severas contra o regime e da pessoa do ex-presidente da República José Eduardo dos Santos através das suas músicas, foi obrigado a pedir asilo.

Embora não tenha participado do processo de democratização de Angola, Jonas Malheiro Lote Savimbi é um ator político de suma importância para entender a construção do Estado angolano e de sua jovem democracia. Jonas Malheiro Lote Savimbi nasceu em 03 de agosto de 1934, na província do Moxico, município de Munhango. Seus pais eram da província do Bié, no município de Chilessó. Ele pertence ao grupo Bieno, que faz parte da etnia ovimbundo, seu pai foi pastor da Igreja Evangélica Congregacional em Angola- IECA e funcionário dos caminhos de ferro de Benguela (ABEL; BOIO, 2010). Savimbi fez os seus estudos primários e secundários na escola da missão evangélica. Na época, quem frequentasse os ensinamentos secundários nas missões evangélicas eram obrigados a repetir o ensino secundário nas missões católicas dos Maristas, que tinham notoriedade naquela época.

Savimbi conseguiu uma bolsa de estudos da igreja em que seu pai era pastor, para se formar nos EUA em medicina, mas não chegou a cursar. Ele seguiu para Portugal, onde os seus estudos secundários foram reconhecidos. Em Portugal, Savimbi juntou-se a outros jovens angolanos e de outros países africanos, em uma ocasião ele afirmou que:

Somos muitos estudantes angolanos que partem neste momento para Portugal estudar; e partimos como vossos filhos, filhos de todos os angolanos; vamos a Portugal para voltar um dia, com o objetivo de ajudar a libertar o nosso povo e contribuir para o desenvolvimento do país; não vamos para ficar. Durante a nossa estadia em Portugal guardaremos sempre presente os valores culturais angolanos (SAVIMBI, 1958 apud EKULICA, 2015, p. 50).

Savimbi chegou a Portugal no período do regime de António Salazar. A Polícia Internacional de Defesa de Estado (PIDE) reprimia muitos dos estudantes africanos, obrigando Savimbi a sair de Portugal e seguir para Suíça, formando-se em Ciências Políticas e Jurídicas, na Universidade de Lausana, em Genebra (ABEL; BOIO, 2010; EKULICA, 2015).

Após sete anos na Suíça, Savimbi regressou a Angola para se juntar à luta de libertação nacional. Ele chegou a ser consultado pelos dirigentes do MPLA para se juntar a eles, mas foi aconselhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tom Boyo, e o presidente do Quênia, Jomo Kenyatta, a fazer parte da União dos Povos de Angola de Holden Roberto (UPA), que depois mudou o nome para FNLA. Na época, a FNLA era o movimento que mais se engajou na luta de libertação nacional, mas carecia de jovens intelectuais. Savimbi passou por várias funções na FNLA e chegou a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros da UPA/FNLA (EKULICA, 2015).

Savimbi se deparou com muitos problemas e resolveu abandonar a FNLA. Segundo Savimbi (1979), o tribalismo e o regionalismo foram fatores primordiais para sua saída da FNLA. Além disso, ele alegou que o movimento e a cúpula da elite política não tinham capacidade suficiente para se aproximar dos camponeses. Essa questão não era exclusividade da FNLA, Savimbi aponta que era partilhado por outros movimentos de libertação angolanos, presente no seio do MPLA também (SAVIMBI, 1979).

A sua saída no FNLA levou outros elementos do movimento, que o ajudaram a criar outro grupo para conseguir seu espaço na luta de libertação nacional angolana. Esse projeto veio a se chamar União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), criado em 1965, em Muangai, na província do Moxico (EKULICA, 2015; SAVIMBI, 1979; ABEL; BOIO, 2010).

O primeiro congresso realizado pela UNITA, na província do Moxico, em Muangai, serviu para se definir as ideias que o movimento abraçaria. Savimbi acreditava que os caminhos que iriam traçar seriam muitos difíceis, que isso resultaria a entregar a sua própria vida em prol dos seus ideais, dirigentes como Tony da Costa Fernandes e Filipe Puna N'Zau foram obrigados a não concluir a sua formação superior na Tunísia e Suíça para fazer uma formação militar na China (SAVIMBI, 1979).

O congresso serviu para a criação do braço armado da UNITA, as chamadas Formadas Armadas de Libertação de Angola (FALA). José Samuel Chiwale foi o primeiro comandante das FALA, Tony da Costa foi secretário de relações exteriores e Filipe N'Zau Puna foi secretário geral e Jonas Savimbi, o primeiro presidente.

Os primeiros anos da fundação da UNITA foram muito difíceis, o movimento procurava seu espaço na luta de libertação que havia entre o MPLA e a FNLA, os movimentos hegemônicos da época. A ajuda do presidente zambiano Kenneth Kaunda foi fundamental para Jonas Savimbi, criar uma base militar na Zâmbia, e aproximar os outros países africanos no reconhecimento da UNITA como um movimento de libertação angolano, (SAVIMBI, 1979).

Savimbi havia procurado ajuda de alguns países africanos como Tanzânia, Egito e da própria Organização da Unidade Africana (OUA), mas não obteve êxito. Ele tentou também ajuda dos países soviéticos, como Iugoslávia, Alemanha do Leste, Polônia e a própria União da República Socialista Soviética, mas não logrou apoio. Nesse sentido, foi a China que apoiou e ofereceu formação militar para 12 dos seus dirigentes. Entretanto, somente quatro

conseguiram concluir a formação militar: Jonas Savimbi, Samuel Chiwale, Ernesto Mulato e Filipe N'Zau Puna (SAVIMBI, 1979).

Savimbi era muito apaixonado pela doutrina de Mao Zedong, não se caracterizava como um marxista por conta da sua luta anticomunista, mas era um discípulo do maoísmo (FERNANDO, 2012). As elites política e militar da Unita se confundiam. Savimbi argumentou no seu livro que “era necessário que os intelectuais convivessem com os camponeses”, para eles sentirem as mesmas necessidades da classe camponesa, foi por isso que o seu movimento se instalou no interior de Angola (SAVIMBI, 1979).

Em 1976, Savimbi conseguiu um apoio muito importante dos sul-africanos. A África do Sul tinha como objetivo, impedir a expansão do comunismo soviético-cubano na região da África Austral. De acordo com o Fernando (2012), não era comum um regime segregacionista como do Apartheid ajudar movimentos de libertação africanos.

No final da década de 1970, Savimbi começou a conquistar muitos territórios, estima-se que controlava um terço do território angolano, a maioria da população que o seguia eram camponeses, enfermeiros, professores, pastores da igreja protestante, missionários católicos. A UNITA tinha um exército com aproximadamente 50 mil homens, foi então nessa altura que decide criar a Jamba, que durante muitos anos foi o principal quartel general da UNITA (FERNANDO, 2012; SAVIMBI, 1986).

A Jamba além de ser um quartel general, era um Estado dentro do território angolano, tinha uma economia dependente da agricultura, uma moeda o Zinco, qualquer pessoa que entrasse nas Jambas, era preciso emitir um visto de entrada, tinha hospitais, escolas, um pavilhão, uma estação da rádio Vorgan, um aeroporto que pousava voos internacionais que fazia escala Zâmbia e África do Sul, recebia gentes de toda parte do mundo como: jornalistas, deputados, senadores estadunidenses, diplomatas, entidades religiosas, traficantes de armas, diamantes e marfins, todos os dirigentes da UNITA viviam juntos com os seus familiares (FERNANDO, 2012).

Segundo Fernando, (2012), a Jamba era espécie de um paraíso e ao mesmo tempo de um terror. Savimbi muitas das vezes se colocava um Rei Salomão, na posição de juiz. Foi nas Jambas que se presenciaram sangrentos massacres e assassinatos de altos dirigentes como Jorge Sangumba, Tito Chingunji e Wilson dos Santos, três figuram muito importantes da diplomacia da UNITA (BITTENCOURT, 2016; GUERRA, 2002).

Savimbi para muitos era visto como um pacificador e um líder carismático, mas acabava de ser assustador para seus opositores (MELÍCIAS, 2016). Uma vez a ser

questionado sobre os massacres nas Jambas, foi franco a dizer que eles acontecessem em todas as partes do mundo e não simplesmente aqui nas Jambas. Em todos os cantos da Jamba se encontrava cartazes com seu nome, era bem evidente de um ideólogo maoísta. Nas escolas se ensinavam matérias de suas autorias como carteira do guerreiro, espécie de uma bíblia, todos eram obrigados a ter esse manual na ponta da língua (FERNANDO, 2012).

Quando o candidato do Partido Republicano dos EUA, Ronald Reagan, foi eleito presidente nos EUA, houve uma enorme satisfação da parte do Savimbi e dos dirigentes da UNITA. Estava se iniciando uma nova fase das negociações entre Washington e Jambas, se enaltece o papel de Jeremias Chitunda, um engenheiro formado nos EUA, que foi vice-presidente da UNITA, que serviu como reforço para as negociações (FERNANDO, 2012).

Durante a administração Reagan, Savimbi se beneficiou de muitos recursos financeiros e armas em troca de marfins e dos lotes de diamantes que estavam na sua posse, por outra é através de alguns blocos de exploração de petróleo que a companhia petrolífera americana Mobil Oil, tinha sobre o controle, na província de Cabinda (FERNANDO, 2012; FERREIRA, 2006).

Em julho de 1984, no pavilhão das Jambas, foi realizada a Conferência Internacional Sobre Democracia, contando com representantes vindos do Camboja, Lao, Afeganistão e Nicarágua. Ela foi presidida por Jonas Savimbi, socializando com os outros movimentos desses países que tinham um único objetivo comum que era de terminar com a expansão soviética e com interesse de promover um bem para os seus povos oprimidos (SAVIMBI, 1986). Era muito notória a inteligência de Savimbi, e a sua capacidade de retórica, uma pessoa poliglota, acreditava que era fundamental que se apostasse na formação de quadro, mas também que aprendessem a manusear armas (SAVIMBI, 1979; SAVIMBI, 1986; FERNANDO, 2012).

Um fato que era muito evidente no seio da UNITA, toda elite eram filhos de pastores da igreja protestante, mas não se compreende das vezes o porquê de muitas não conseguiam fazer a separação do poder político com o poder militar isso se justifica pelo fato da mesma elite política era a mesma elite militar, em uma entrevista à RTP África em 1991, Savimbi reconhece esse problema que havia dentro do seu movimento e a falta de um entendimento coeso sobre a questão da economia angolana.

Um dos grandes problemas cometido por Jonas Savimbi nas vésperas das eleições de 1992, diante das suas campanhas eleitorais aparece fardado e com uma arma na sua cintura,

fazia ameaças de que se ele perdesse as eleições, o país voltaria novamente a mergulhar numa guerra (AGUALUSA, 1992; BITTENCOURT, 2016).

Com a morte de Jonas Savimbi em 2002, foi encerrado o conflito angolano e deu início ao processo de democratização de Angola. Sua atuação na construção do país é singular, cujos impactos se sentem mesmo após a sua morte. O seu partido, a UNITA, tornou-se o maior grupo de oposição de Angola e tem atuado na construção da democracia. O processo de democratização de Angola tem ocorrido não sem percalços, alguns desses desafios serão analisados na próxima seção.

3. DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA

Em 2020, o jornal DW Apresentou um relatório que é elaborado pela Economist Intelligence Unit (EIU), sobre o estado da democracia em alguns países do Norte e Sul global, os países de língua oficial portuguesa encontram-se em uma posição muito vulnerável, gravada pela pandemia da Covid-19.

Países como Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e Angola, são caracterizados como regimes semidemocráticos, ou seja, são Estados que estão em transição de regimes autoritários para regimes democráticos. Um dos critérios que estava em causa para avaliação era a liberdade de expressão, que em nesses países é limitada.

A situação em Angola após o ex-presidente José Eduardo dos Santos ter saído do poder em 2017, com o governo de João Manuel Gonçalves Lourenço (MPLA) se deteriorou. Algumas vozes políticas, ativistas sociais e políticos, no ato da tomada de posse de João Lourenço, como novo o presidente eleito de Angola, alimentou sentimento de esperança para o povo angolano, que inclusive os 100 dias da sua governação foram bem avaliadas da parte dos seus adversários políticos e membros da sociedade civis, por desencadear uma abertura para a liberdade de expressão, promover um encontro de diálogos com os partidos da oposição e da própria sociedade civil que o regime do MPLA não permitia e por levar em pauta o discurso do combate a corrupção, que era o programa do seu partido adiante.

Desde 2019 seu governo tem sido alvo de críticas, especialmente devido à crise financeira que perdura desde o final de 2014, pelo aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Em 2020, desde que começou a pandemia da Covid-19, veem se

desencadeando várias manifestações pacíficas contra o elevado índice de pobreza, a falta de saneamento básico, o elevado índice de desemprego no seio da juventude, a elevação dos preços dos produtos alimentícios em todo país, e entre outros. O governo utiliza a polícia nacional para reprimir os manifestantes, registrando-se mortes de alguns ativistas, como o jovem Inocêncio de Matos, que foi morto pela polícia nacional na manifestação do dia 11 de Novembro na capital Luanda.

Segundo o deputado do maior partido da oposição (UNITA) Nelito Ekuikui e o político Abel Chivukuvuku, alegam que há uma tendência de se minar as bases democráticas em Angola, caminhando para uma volta a um regime autoritário da parte do MPLA.

As autarquias serviriam como o elemento essencial para a consolidação da democracia e resolução dos problemas em Angola, que visam à descentralização do poder decisório e melhoria da participação popular. As autarquias vêm sendo discutidas em Angola desde que o país alcançou a paz, em 2002. Conforme Pestana e Orre (2014) e Santin e Teixeira (2019), as autarquias são fundamentais para resolução dos conflitos internos no país, como assimetrias regionais, uma delas consistiria ao término da dependência do poder central, para o autodesenvolvimento dos municípios.

Boa entende que:

As autarquias locais são pessoas coletivas públicas, de uma circunscrição territorial, que resultam de um processo de descentralização administrativa e autónoma, visando o interesse da coletividade local (BOA, 2017, p. 223).

Segundo o atual presidente da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, a falta de vontade política e comprometimento da parte do partido que governa o país, é a real causa para a ausência das realizações das eleições autárquicas.

O ex-vice- Presidente da República de Angola, Manuel Vicente, em 2014, assumiu em público que em 2021 seriam realizadas as primeiras eleições autárquicas. Já o presidente João Lourenço, no ato da sua tomada de posse em 2017, assumiu publicamente que as eleições seriam realizadas em 2020, isso trouxe debates públicos entre membros da sociedade civil e partidos políticos sobre as autarquias (SANTIN; TEIXEIRA, 2019; BOA, 2017).

Dessa forma, notasse que a dificuldade na implementação de reforma administrativa que prevê a descentralização de poder, para incluir as autarquias, é considerada como um entrave ao avanço da democratização em Angola, ao passo que as vozes locais não são completamente incluídas nos processos decisórios.

Além disso, outra questão importante para o avanço da democracia angolana é a incorporação das etnias e do poder tradicional. O poder tradicional quase não exerce espaço,

na Constituição angolana (2010) reconhece a existência das autoridades do poder tradicional. Muito antes de Angola ser um Estado na concepção contemporânea, já existia o poder tradicional, como o Reino do Bailundo, que fica na província do Huambo, um dos reinos que atualmente existe em Angola.

As autoridades tradicionais são parceiro importante do Estado, por serem entidades que estão em constantes diálogos com o povo, as vezes o Estado usa, os sobas e os regedores para mantimento do controle da população, quando ocorrem as eleições na parte do governo, nota-se que à aproveitamento político, com objetivo de receberem votos das suas comunidades (SANTIN; TEIXEIRA, 2019; BOA, 2017). No entanto, nota-se uma ausência de políticas institucionais que inclua os poderes tradicionais, gerando instabilidade em sua participação no processo democrático e agravando as assimetrias, o que se põe como um grande desafio à democratização de Angola e a possível fonte de conflito.

Outra questão fundamental para a consolidação da democracia em Angola é a falta de diálogo para a resolução de contendas de grupos separatistas. A província de Cabinda, que está localizado ao norte do país, na fronteira com a República Democrática do Congo e a República do Congo Brazzaville, é alvo de maior preocupação da parte do governo angolano (MANGOVO, 2012). Cabinda foi um ex-protetorado português, que as suas divisões territoriais foram efetuadas a partir da Conferência de Berlim (1884-1885), passando a fazer parte da colônia portuguesa.

Conforme Mangovo (2012), em 1957, os portugueses agruparam o território de Cabinda como parte do território de Angola. Cabinda é uma das províncias mais rica de Angola, o governo angolano desde a sua independência tem marcado presença militar de forma muito significativa, tornando a província mais militarizada do país. Na região, atuam grupos separatistas, como a Frente de Libertação de Cabinda (FLEC) e o Movimento de Libertação de Cabinda (MLC), que durante muitos anos veem reivindicando a independência da província. Mangovo entende que:

Contrariamente a todas as expectativas suscitadas pelo acordo de paz, o conflito armado na Província de Cabinda continua e agudizaram-se as contestações ao MEPRC quer no seio da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), quer por parte dos restantes movimentos sociais de Cabinda, minando a estratégia de acomodação política posta em marcha pelo governo angolano e a reconciliação face aos múltiplos actores envolvidos no conflito (MANGOVO, 2012, p.94).

Os conflitos que surge em Cabinda, uma das suas causas são de lutas de ocupações territoriais e dos recursos naturais como petróleo, madeira e outros. O governo angolano várias vezes passa uma imagem perante a comunidade internacional que a província vive

sobre uma estabilidade e acusa as FLEC-FAC, de ser um grupo de terroristas que tem causado instabilidade na região (JORNAL DW, 2020; MANGOVO, 2012).

Quando foi assinado o memorando de entendimento entre o governo do MPLA e a UNITA, em 4 de Abril de 2002, procurou-se minimizar a situação entre os dois partidos políticos hegemônico em Angola, mas a questão de Cabinda sempre ficou a parte, por isso não existe no país uma força política com assento no parlamento para defender o interesse dos cabindenses (MANGOVO, 2012).

A FLEC e FAC entendem que o problema de Cabinda merece uma atenção da comunidade internacional, pedindo uma intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006 o acordo de cessar fogo entre as tropas governamentais, fruto do Fórum de diálogo de Cabinda (FDC) que aconteceu na Holanda, alguns elementos dos grupos separatistas passaram a fazer parte do Governo da Unidade de Reconciliação Nacional, onde a UNITA também esteve integrada, durou até 2008 (MANGOVO, 2012).

Os confrontos militares entre as tropas governamentais angolanas e a FLEC-FAC são constantes, nas regiões como Massabi as FLEC no ano de 2020, atacaram uma unidade militar das tropas governamentais, fez dez feridos, como descreve o Jornal Internacional DW.

CONCLUSÃO

O atual estado da democracia em Angola não apresenta bons índices, vários autores que foram usados neste trabalho acreditam que o país está muito longe de ser uma democracia plena dentro do continente africano, porque o regime do MPLA centralizar todo poder, fazendo de Angola um dos países mais centralizado da África Subsaariana.

Sanches (2020) acredita parte do Poder Executivo que controla todas as instituições e vai dificultar a fiscalização de outros órgãos de soberania como o tribunal e o parlamento, sem levar em conta a comunicação social e a imprensa angolana que o regime usa para manipulação do povo. O MPLA, em todos os anos, beneficia-se de mais 50 milhões de dólares do Estado para propaganda política, enquanto os outros partidos da oposição não se beneficiam de fundo de erários públicos.

No meio do partido não há uma cultura democrática interna, esse é o fato principal que leva o país nunca vivenciar uma democracia, o presidente da República acumula diversas funções, chefe do executivo, comandante em chefe das forças armadas angolanas, e presidente do MPLA. Os órgãos de defesa e segurança do país como: as Forças Armadas Angolanas

(FAA), a Polícia Nacional e o Serviço de Inteligência do Estado são usados para aproveitamento político e partidário, essas instituições mostram-se a subordinação ao poder político.

A corrupção continua a ser uma das coisas que vem preocupando a sociedade angolana, o governo reconhece a existência dessas práticas, o que deixa a sociedade civil e os partidos da oposição angolana é que o combate a corrupção tem ocorrido de forma seletiva. Os grandes escândalos de corrupção estão envolvidos personalidades ligadas à próprio regime como, ministros, ex-ministros, gestores de empresas públicas e privadas, governadores e ex-governadores e altas patentes da hierarquia dos órgãos de defesa e segurança nacional.

A governação do presidente João Lourenço vem desencadeando uma lista de reformas, que acaba deteriorar a vida socioeconômica dos angolanos, o não cumprimento das suas promessas, de acabar com a corrupção, tráfico de influência, adiamento das primeiras eleições autárquicas em 2020, alegando por causa de novos surtos da covi-19, criação de novos postos de empregos para os jovens que foi discutida na seção anterior, de toda forma, sem falar da imagem de Angola que é apresentada na comunidade internacional, cria-se uma senda de dúvida casos o seu partido MPLA, vença as eleições presidências que estão prevista em 2022.

Pode-se dizer, Angola precisa com uma enorme urgência da democracia, o que se constata, a tendencias de que detém o poder político ao voltar o período do partido único, essas falas são bem presentes no discurso do político Abel Chivukuvuku, por não ver o seu novo projeto político serem reconhecido no tribunal constitucional de Angola.

Por tanto, o trabalho procurou responder o objetivo geral, e explicar a trajetória política militar de Jonas Savimbi, partindo de uma análise bibliográfica que foi usado para a realização deste artigo, a democracia no decorrer dos anos foi sofrendo as suas alterações atualmente é incorporado como um sistema de regime político nas ciências políticas, daí a necessidade de estudar as suas modificações para explicar os Estados modernos. Angola foi o foco da análise deste estudo.

REFERÊNCIA

AGUALUSA, José Eduardo. Guerra e paz em Angola. Comunicação apresentada na Festa Internacional de la Literatura de Barcelona, KOSMOPOLIS, 2004.

AGUALUSA, José Eduardo. Tentativa de Explicação de Angola: Componentes etno-cultural da guerra civil. 1992.

AMUNDSEN, Inge. Partidos políticos em Angola: Na tendência africana. **Angola Brief**, 2011.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Robert Dahl e o dilema da igualdade na democracia moderna. **Análise social**, 2008, p. 159-180.

ANGOLA. Constituição da república de Angola. **Consultado a**, v. 11, p. 265-286, 2010.

BATSÍKAMA, Patrício. Despoder em Angola - 1975-2012. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 6, n. 11, 2019.

BITTENCOURT, Marcelo. As eleições Angolanas de 1992. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 170-192, 2016.

BITTENCOURT, Marcelo. Modernidade e atraso na luta de libertação angolana. **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 277-294, 2008.

BOA, Ângela de Fátima Barros de; **COSTA**, Morte. O Papel do Poder Local e das Autoridades Tradicionais no Desenvolvimento Local de Angola. **Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 9, n. 16, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 7-61.

CARVALHO, António Manuel Luvualu de. **África: democracia e desenvolvimento económico-social**. 2014.

CASCAIS, António, "A guerra em Cabinda ainda não acabou", 28.07.2020.
<https://www.dw.com/pt-002/a-guerra-em-cabinda-ainda-n%C3%A3o-acabou/a-54357721>.

CASSULE, Abel Franciso; **BOIO**, David. Ciências Políticas. **Revista Do Centro De Investigação Sobre Ética Aplicada (CISEA)**.

COSTA JÚNIOR, Adalberto da. Entrevista Exclusiva. [Entrevista Concedida à 360° Podcast] CamundaNews Nesta Entrevista, Adalberto Costa Junior dá o seu parecer sobre o actual Estado do País, e Apresenta Soluções para se ultrapassar alguns dos Problemas Actuais que o País atravessa, Luanda, 2021.

DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DIOGO, Jolene Patrícia Prata; **TRICHES**, Janete. Parâmetros de construção da democracia em Angola. **Amicus Curiae**, v. 12, n. 1, 2015, p. 5-29.

DOMBO, Grimaneza Dúcia Quiluanje. **Democracia e liberdade de expressão em Angola: estudo das medidas governamentais de Angola que implicaram em avanços para a consolidação da democracia e da liberdade de expressão, desde o fim da guerra civil até 2013**. 2015.

SILVA, Igor Castellano da. Política Externa Regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais**, p. 139.

EKULICA, Tarcísio Jeremias João Memória. **Alcance do discurso oral militar pronunciado por altas patentes: casos dos generais Savimbi e Patton**. 2017. Tese de Doutorado, 2015. É 2017

FERNADO, Emídio. **Jonas Savimbi no lado errado da história**. Leya, 2012.

FERREIRA, Manuel Ennes. Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola. **Relações Internacionais**, 6, 2005, p. 73-89.

FURTADO, Cláudio. Democracia em África: possibilidades e limites. **África**, n. 20-21, 1998 p. 199-217.

GUERRA, João Paulo. **Savimbi: vida e morte**. Bertrand Editora, 2002.

JOVETA, Jose. Angola: independência, conflito e normalização. **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 159-179.

LANDSBERG, Chris. Thabo Mbeki Como o Panteão Africano: reivindicando o século XXI para a África Global. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 7, 2019.

MANGOVO, Patrício Munengo. Os desafios da paz em Angola e as dinâmicas do conflito em Cabinda. **Nação e Defesa**, 2012.

MATOS, José Fernando. O Processo De Paz Em Angola Como Ponto De Viragem Para A Reconciliação Nacional: Caminhos E Perspectivas. **DADOS DE ÁFRICA (S)**, v. 1, n. 01, 2020, p. 30-49.

MELÍCIAS, Tomás Diel. **O galo voa: a independência angolana e as mudanças de posicionamento político da UNITA de Jonas Savimbi entre 1972 e 1976**, 2016.

NDIAYE, Detoubab. O difícil processo de transição da Democracia política africana. **ÁFRICA [S]**, v. 1, n. 1, p. 11, 2014.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. NORBERTO BOBBIO: teoria política e direitos humanos. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 19, n. 25, p. 361-372, 2007.

PESTANA, Nelson; **ORRE**, Aslak. Para quando as autarquias em Angola? Se desafios são os mesmos, porquê adiar constantemente a sua implementação? **Angola Brief**, v. 8, 2014.

PINTO, João. A história constitucional e governação angolana. **JURIS**, v. 1, n. 1, p. 179-206, 2016.

QUEIROZ, Thaís de Oliveira. **Trajetórias democráticas e estratégias de liberalização política: a evolução da democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa no pós-Guerra Fria**. 2017.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; **MIGON**, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. Do Acordo Tripartido (1988) Ao Acordo De Paz Em 2002: O Processo De Paz Conduzido Em Angola. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 7, 2019.

ROSÁRIO, Lourenço do. **Democracia e liberdade em África**. 1995.

SANCHES, Edalina et al. O Desenvolvimento da Democracia em Angola-A percepção dos especialistas. **Policy Brief**, 2020.

SANTIN, Janaína Rigo; **TEIXEIRA**, Carlos. Governação local democrática em Angola: algumas questões e desafios emergentes. **Revista Digital Estudos Historicos**, n. 21, p. 1, 2019.

SANTOS, Daniel dos. Economia, Democracia E Justiça Em Angola: O Efêmero E O Permanente. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 99-133, 2001.

SANTOS, Kennya Souza et al. **Caricaturando a democratização da África do Sul nas charges de Zapiro (1994? 2014)**. 2019.

SAVIMBI, Jonas Malheiro. Angola: a resistência em busca de uma nova nação. **Agência Portuguesa de Revistas**, 1979.

SAVIMBI, Jonas Malheiro. **Por um futuro melhor**. Nova Nórdica, 1986.

SCHUBERT, Joe. Democratização e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra. **Relações Internacionais**, v. 37, p. 79-90, 2013.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

SCHWARCZ; **STARLING**. **Introdução: em busca da república**. In: **SCHWARCZ**; **STARLIN** (orgs). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI em Revista**, v. 4, n. 5, 2018.

STURZA, Janaína Machado; **MACIEL**, Renata. Democracia, cidadania e direitos humanos: A conjuntura atual do estado democrático de direitos. **Argumenta Journal Law**, n. 23, 2016.

TERENCIANO, Fidel; **BRAGA**, Maria Do Socorro Souza; **DA SILVA SOUZA**, Carlos Augusto. Processos De Democratização E Competição Política Na África Dos Anos 1990: Os Casos De Moçambique E Zâmbia. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n. 2, 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, p. 109-121, 2010.

XAVIER-ZECA, Kátia Sara Henriques. Democracia representativa em África: desafios das instituições democráticas em Moçambique no séc. XXI (2002-2015). **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 25, p. 181-208, 2018.

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. Universidade Aberta, 2002.